

***Participando de projetos de desenvolvimento: impactos e
contradições da participação social em uma associação de mulheres
indígenas de Manaus¹***

Beatriz Lima Ribeiro

***Mestranda do Programa de Pós Graduação em Antropologia (PPGAS
DAN/UnB- Brasília)***

Palavras- chave: Associativismo indígena, desenvolvimento, projetos

1. Introdução

O presente artigo refere-se à parte da dinâmica institucional presente no cotidiano da Associação de mulheres indígenas do Alto Rio Negro (AMARN). Enquanto a mais antiga associação de mulheres indígenas no país, a AMARN mantém sua sede na capital do estado do Amazonas, Manaus. As associadas, bem como aquelas que compõem a coordenação da instituição, são mulheres migrantes² do interior do estado e que vão à cidade com certos objetivos e expectativas. Todas falantes da língua Tukano, chegaram em Manaus em busca de uma melhor educação e oportunidades de emprego que não encontrariam no interior.

A presença de uma população indígena em Manaus se dá por vários fatores, e sua dinâmica migratória materializa-se através de uma rede de parentes e amigos que mantém contato e relações entre aqueles que estão no campo e vice-versa. Tal movimento migratório, no qual as mulheres da AMARN estão inseridas, seria impulsionado majoritariamente por problemas econômicos (68%)³, de acordo com a pesquisa realizada pela Fundação Perseu Abramo em parceria com a fundação alemã

¹ Trabalho apresentado na 31ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 09 e 12 de dezembro de 2018, Brasília/DF

² O início desse fluxo migratório ocorre durante a década de 1970 e 1980, com muitas dessas mulheres compartilhando a experiência comum de vida em internatos/conventos salesianos nas cidades próximas a suas comunidades como São Gabriel da Cachoeira e Iauaretê, fato este que aparece em outros trabalhos como os de Cavalcante (1997) e Melo (1997).

³ A presença salesiana na região do Alto Rio Negro é de centralidade na formação educacional dessas mulheres e também constituem a dinâmica migratória.

Rosa Luxemburgo Sfitung, realizada entre os anos de 2010 e 2011. Parte dos impulsos migratórios também se daria pela busca por completar os estudos e melhor formação educacional (27%), ambas as motivações aparecem como as principais justificativas de mobilidade entre as mulheres com quem convivi em campo.

Ao chegarem na cidade, geralmente adquirem o emprego de domésticas e, se olharmos para o âmbito econômico, compõem a associação como uma possibilidade de complemento de sua renda. Uma das atribuições principais da AMARN se volta para a produção de artesanato Tukano pelas associadas, onde as vendas são realizadas através de pontos adquiridos pela associação em diferentes lugares da cidade⁴. No seu dia a dia, a sede da associação era frequentada pelas componentes da coordenação, Rosana, Margarida e Roberto⁵, que passavam o dia separando artesanatos confeccionados pelas demais associadas, faziam a relação do fluxo de caixa, assim como resolviam outras questões relacionadas à documentações. Ao mesmo tempo, o cotidiano era perpassado por conversas e risadas nas horas de pausa para o almoço e lanche, onde novidades e preocupações são compartilhadas.

Assim, o funcionamento institucional da associação, cujo trabalho centralizava-se com a coordenação, estava intimamente ligado a sua participação em diferentes projetos fomentados por diferentes agentes, estatais ou não. Assim, discuto a forma como a dinâmica de participação em projetos influencia o cotidiano da AMARN, assim como é definidor de ações e práticas da coordenação, administrando-a. A AMARN, enquanto um grupo de contato com o “Estado”, ONG’s e empresas privadas, envia projetos para os editais liberados por tais entidades, as quais promovem programas onde objetiva-se o “desenvolvimento sustentável” de populações ditas vulneráveis. Dentre os projetos que participaram antes e durante minha estada em campo, trago os editais do Fundo Socioambiental Caixa, *Direct Aid Program* do governo australiano, Fundo Fale sem Medo do Instituto Avon e Fundo ELAS e Programa Petrobras Socioambiental. A participação nestes projetos é algo constante e necessário para a dinâmica da associação, tendo sempre que estar atentas aos editais e suas datas, bem como aos documentos exigidos.

Neste espectro, a criação da AMARN está dentro de um contexto histórico político-social, em que a formação de associações indígenas e não-indígenas se insere no processo de redefinição dos movimentos sociais em geral como representação

⁴ 2/3 da venda vai para a associada e 1/3 para a associação.

⁵ Todos os nomes tragos no artigo são fictícios.

institucional e jurídica. Neste processo, o funcionamento das associações entra na dinâmica de promoção de *projetos* para sua manutenção e no ideário de um “desenvolvimento sustentável” de grupos sociais considerados marginalizados, que são constitutivos destes movimentos sociais antes não institucionalizados perante ao Estado brasileiro. Assim, ao adentrar esta dinâmica, a produção de documentos e certas obrigações tornam-se necessárias como a criação de um estatuto, a formação de uma diretoria, a realização de registro das associações em cartório, prestação de contas, possuir um CNPJ, etc. A *burocratização* da participação nos programas e envio dos projetos perpassa a produção de inúmeros documentos e estabelece uma prática específica entre os movimentos sociais que foram institucionalizados. Essa *burocratização* representa um ideário constituído e formado junto às agências internacionais na promoção desses projetos, numa tentativa de racionalização das práticas de participação, e será um dos pontos a serem tratados neste artigo.

Entretanto, para compreendermos a AMARN dentro da dinâmica de projetos e institucionalização, o *projetismo* nos termos de Pareschi (2007), é necessário que voltemos os olhos à gênese deste modelo em âmbito internacional por agências como o Banco Mundial, Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD). Nessas proposições, começaremos com as descrição dos projetos ligados à AMARN, destacando as principais ideias e palavras utilizadas por eles; para depois inseri-los (e a AMARN) em um horizonte maior.

2. Entre papéis: burocracia e projetos

O cotidiano da coordenação da associação envolvia, em boa parte do tempo, a realização de atividades ligadas à vida institucional da AMARN. Nessa dinâmica, as mulheres da coordenação, em especial Rosana e Margarida, movimentavam-se pela cidade, indo ao cartório autenticar algum documento, à lotérica pagar alguma conta da sede da AMARN ou ao correio enviar as propostas de projetos das iniciativas governamentais, e não-governamentais que buscavam participar. Grande parte do cotidiano institucional da associação envolve sua parceria com diferentes órgãos (governamentais ou não, nacionais e internacionais), a qual ocorre por meio da realização de projetos. É por meio destes, que a associação consegue promover atividades junto às associadas e às comunidades indígenas próximas a Manaus, como palestras acerca da conscientização da violência contra a mulher, assim como a

realização de oficinas de artesanato para as associadas. A participação em outros projetos, também visa um auxílio logístico, como adquirir verba para a compra de computador ou de um carro para o auxílio no transporte dos artesanatos.

Tive a oportunidade de acompanhar a preocupação com os prazos, por vezes a falta de dinheiro para o envio dos documentos necessários à participação nessas iniciativas, bem como as dificuldades e preocupações que envolviam a captação desses projetos e do processo de produção e escrita exigidos pelos editais. Roberto, esposo de uma das associadas e voluntário dentro da associação, foi um dos meus interlocutores mais próximos no que diz respeito à explicação do funcionamento da AMARN enquanto instituição, e que melhor me explanou a dinâmica de participação em projetos.

Colocou-me alguns dos problemas e dificuldades que envolvia a participação nesses projetos, como a necessidade de um conhecimento básico em informática e de um tipo de escrita para o envio de propostas em tais editais. Segundo ele, a divulgação dos editais é fraca, sendo preciso estar atento aos meios que os colocam em destaque, além de inscreverem o e-mail institucional da associação em sites de instituições diversas que fomentam os projetos.

Presenciei o processo inicial de inscrição em editais e envio de projetos durante meu período em campo, dentre eles o edital 2017 do Fundo Socioambiental Caixa e o *Direct Aid Program* 2017-2018 do governo da Austrália. Para o Fundo Socioambiental Caixa, criado em 2010, o qual “apoia projetos socioambientais, em parceria com órgãos públicos e entidades privadas, voltados ao **desenvolvimento integrado e sustentável** para populações de baixa renda”⁶, a coordenação da AMARN enviou seu projeto. A partir da aprovação dele, visavam adquirir um carro, a fim de facilitar o transporte de artesanatos entre a sede da associação e os pontos de venda espalhados pela cidade.

As principais áreas apoiadas pelo Fundo são Habitação de interesse social; Saneamento Ambiental; Gestão Ambiental; Geração de Trabalho e Renda; Saúde, Educação, Esporte e Cultura; Alimentação e Desenvolvimento Institucional; Desenvolvimento Rural e Desenvolvimento Sustentável. O objetivo do edital 2017, segundo o próprio documento seria “selecionar projetos que proporcionem melhorias na qualidade de vida de grupos e comunidades em situação de vulnerabilidade socioambiental e que utilizem práticas que contribuam para a criação de soluções que

⁶ <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socio-ambiental/Paginas/default.aspx> Acesso em 25 de janeiro de 2018.

ofereçam alternativas com potencial transformador e em sinergia com os princípios do desenvolvimento sustentável [...]”.

Já no edital promovido pelo governo da Austrália, a coordenação da AMARN pretendia inscrever a associação e enviar um projeto, e Roberto me pediu um auxílio na leitura do edital. O apoio de professores de universidades do estado como a Universidade Federal do Amazonas (UFAM) e a Universidade Estadual do Amazonas (UEA) é recorrente, segundo Roberto, no auxílio com a escrita de projetos. No edital do governo australiano, aponta-se que este “mantém um programa de apoio focado em auxiliar projetos de desenvolvimento de pequeno a médio porte”, sendo elegíveis projetos que promovam “novas alternativas para a geração de renda; esporte e saúde; empoderamento de minorias e igualdade de gênero; e reciclagem de resíduos”. Segundo o *Department of Foreign Affairs and Trade*, responsável pela divulgação e realização do Programa de Ajuda Direta (DAP), este é um programa “flexível de pequenas doações financiado pelo Governo australiano e gerido pelas missões diplomáticas do Ministério das Relações Exteriores e Comércio da Austrália (DFAT)”. Os projetos elegíveis ao DAP deveriam ser destinados a “obter resultados práticos e tangíveis, com **grande impacto no desenvolvimento** das comunidades impactadas”⁷ (grifo meu).

Estes dois programas e seus editais aqui descritos brevemente ainda estavam “tramitação” dentro da AMARN durante meu período em campo, e possuo poucos detalhes relacionados a eles. Entretanto, creio que serão de relevância para a reflexão proposta neste capítulo, em torno do histórico e ideais que permeiam a realização destes projetos, em conjunto com os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade. Os seguintes programas que apresentarei contaram com a participação da AMARN em anos anteriores, e constarão como parte de meu material etnográfico. A partir destes dois programas, o Fundo Fale sem Medo e Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania, trarei uma maior descrição das instituições que os promoveram, dos programas e dos projetos enviados pela AMARN.

2.1.Fundo Fale sem Medo

Em 2016, a AMARN estava entre as instituições selecionadas para o recebimento de investimento válido por um ano, através do Fundo Fale sem Medo promovido pelo Fundo ELAS de investimento social e o Instituto Avon. O projeto

⁷ <https://dap.smartygrants.com.au/Brasilia1718> Acesso em 25 de janeiro de 2018.

enviado pela AMARN possuía o nome “Libertando Mentas”, o qual proporcionou espaços de qualificação para o “empoderamento”⁸ de mulheres indígenas, com dois seminários em Manaus e São Gabriel da Cachoeira, no enfrentamento das diversas formas de violência. Para alcance deste objetivo, utilizaram-se cartilhas e material audiovisual ligados ao combate à violência doméstica. Para a participação do projeto, a coordenação da AMARN teve que estar em uníssono com toda a documentação exigida pelas duas instituições, bem como o envio de formulários que questionavam sobre o funcionamento da associação, sua história, dados gerais sobre a AMARN ligados à organização e administração, e indicações de outras associações de referência ao seu trabalho. Além disso, era necessário um conhecimento específico na confecção do projeto a ser enviado ao Fundo, visto que o edital exigia uma descrição do projeto visado, metodologia, cronograma de atividades, objetivos e resultados esperados. Ainda, era necessária a existência de um CNPJ, o envio de relatório financeiro feito por um contador, bem como o estatuto da associação; sendo a solicitação destes documentos uma prática comum entre os editais ligados a este tipo de incentivo.

De acordo com o Edital 2016⁹, o Fundo Fale sem Medo, selecionou 33 organizações de 17 estados das cinco regiões do país, a fim de receberem um investimento total direto de 2 milhões em doações. Além disso, estariam sendo investidos recursos na seleção, capacitação e monitoramento das iniciativas. Sendo resultado da parceria do Fundo ELAS e o Instituto Avon, nas próprias palavras do documento,

“o Fundo Fale Sem Medo apoia, desde 2012” apoia “ações de grupos e organizações da sociedade civil que promovem o enfrentamento da violência contra a mulher. A parceria estratégica para a causa une a experiência do Fundo ELAS ao longo de 15 anos e a força de ação e arrecadação do Instituto Avon, por meio da campanha global Fale sem Medo- não à violência doméstica [...]”.

As duas organizações responsáveis pelo Fundo Fale sem Medo, têm em suas descrições nos respectivos sites, referências à ONU Mulher enquanto uma instituição internacional de peso e basilar para o trabalho de ambas. Assim, destaco alguns pontos

⁸ Termo utilizado no projeto escrito e enviado pela AMARN.

⁹ Fonte: Edital no site

http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/downloads/edital_fundo_fale_sem_medo.pdf. Acesso em 25 de janeiro de 2018.

definidos por ambas instituições acerca de sua filosofia e funcionamento em torno da promoção de editais e investimentos em um “desenvolvimento social”.

No site do Fundo ELAS, definem-se como o único Fundo de Investimento social voltado exclusivamente à promoção do protagonismo das mulheres. Em seu site¹⁰, ao expor os objetivos da instituição, colocam que investir nas mulheres é o caminho mais rápido para o *desenvolvimento* de um país, apontando que, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU) as mulheres são as principais agentes de transformação da sociedade. Em seu site, ainda definem os “Valores ELAS”, que seriam basilares para o funcionamento do Fundo:

I. Paixão pela causa das mulheres, “[...] temos convicção de que todas as mulheres e meninas, independentemente da sua raça/etnia, orientação sexual ou classe social, devem ter *autonomia* sobre suas vidas e sexualidade e acesso a direitos, equidade e igualdade [...]”

II. Respeito a singularidade, subjetividade e multiplicidade, “[...] para nós, cada mulher, menina é singular. Sua subjetividade é produzida por sua história, que é diferente e similar a de outras [...]. Isso faz com que ELAS sejam, ao mesmo tempo, *singularidade e multiplicidade*¹¹”.

III. Laços de confiança, “a construção de relacionamentos baseados na confiança e horizontalidade é parte importante de nossos compromissos com as organizações que apoiamos e com que as nos apoiam”.

IV. Doação cidadã, “temos plena consciência de que a cultura de doações no Brasil deve ser ampliada e direcionada para a mudança social”.

V. Transparência, “ter informação correta e precisa é parte de nossa política institucional para doadores(as), parceiros(as), grupos de mulheres e meninas apoiados e coletividade. Ser transparente com os recursos, seleção e resultados é imperativo para nós”.

O Instituto Avon, por outro lado, define-se como uma organização não governamental “que tem como objetivo mobilizar a sociedade para o enfrentamento do câncer de mama e da violência contra a mulher no Brasil”. O Instituto apoia projetos que, segundo seu site, advém de doação de parte do lucro da revenda de produtos específicos do folheto Avon, mantendo também contato estreito com as “principais instituições nacionais e internacionais, além de parceiros no setor governamental e no

¹⁰Fonte: <http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp>). Acesso em 25 de janeiro de 2018.

¹¹ Na transcrição dos “Valores ELAS”, todas as palavras em itálico são grifos meus.

setor privado, para potencializar projetos e ações pontuais”. De acordo com seu “Estatuto Social”¹², o Instituto define-se como uma associação civil de direito privado sem fins lucrativos possuindo entre suas causas ser protagonista na “jornada de valorização da mulher e em contribuir para que ela alcance na sociedade, uma posição em que seus direitos humanos e de cidadã sejam resguardados”.

2.2. Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania

Em 2014, a associação teve um projeto aprovado pelo Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, o qual em sua linha programática, de acordo com os termos do edital, focaria na geração de renda e oportunidade de trabalho. Segundo o projeto enviado pela associação e disponibilizado a mim em campo, buscava-se aumentar a produção e diversificação dos artesanatos para atender a demanda do mercado. Em convênio anterior com a Petrobras, o projeto de 2014 aponta que o programa possibilitou a articulação com as comunidades locais e aquisição de matéria prima, sendo o objetivo do convênio de 2014 manter a produção e atender a demanda do mercado, que exige tanto a qualidade do artesanato quanto que seja ambientalmente correto.

Os “*parceiros*”¹³ do projeto da AMARN (sendo a indicação destes exigida pelo edital) foram a Federação de Organizações Indígenas do Rio Negro (FOIRN), o Centro de Educação Tecnológica do Amazonas (CETAM) e a Fundação Banco do Brasil, auxiliando na logística, técnica e recursos humanos. Atuando, assim, em articulação com a associação, foram oferecidos cursos de capacitação e qualificação de artesanato, bem como a realização do deslocamento de matéria prima das comunidades indígenas de São Gabriel da Cachoeira a Manaus. Assim como no edital do Fundo Fale Sem Medo, foram exigidas da associação a escrita de um projeto em moldes específicos com um resumo, uma descrição da associação e sua história, os objetivos do projeto, um cronograma de atividades, os resultados *concretos* (termo do edital) esperados, uma perspectiva de orçamento. Um dos pontos específicos a serem escritos no projetos, buscava avaliar a *sustentabilidade do projeto*, exigindo a descrição da participação da

¹² Fonte: <http://www.institutoavon.org.br/uploads/media/1485169294715-estatuto%20social%202015.pdf>
Acesso em 27 de janeiro de 2018.

¹³ Expressão utilizada pelo próprio edital do programa, a qual é carregado de valor moral e político. Aos interessados na discussão sobre o caráter moral da expressão *parceiros*, ver Carla Costa Teixeira (2015) em “The construction of citizenship and the field of indigenous health: A critical analysis of the relationship between bio-power and bio-identity”.

comunidade envolvida, as parcerias e um planejamento de comunicação¹⁴. Havia ainda, a exigência comum de envio de documentos diversos como atas, o estatuto da associação, CNPJ, etc. autenticados em cartório.

Lançado em 2013, o Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania faz parte do amplo Programa Petrobras Socioambiental, que também reúne o Petrobras Ambiental, além de incorporar e ampliar os programas Petrobras Esporte & Cidadania e Integração Petrobras Comunidade. Em material audiovisual produzido pelo órgão, aponta-se que com o programa, buscava-se fomentar iniciativas que integrassem as dimensões *social*, *socioesportiva* e *ambiental*. O “compromisso” do programa visaria “aliar crescimento à promoção do desenvolvimento sustentável”, em um “ambiente ecologicamente equilibrado e socialmente equitativo”¹⁵. A partir da concepção de que para que haja uma mudança “estrutural” na sociedade, enquanto filosofia do programa (termo meu), coloca-se a necessidade de tratar de forma integrada a dimensão social com a questão ambiental a fim de “oferecer alternativas com potencial transformador e em sinergia com políticas públicas”.

O programa Petrobras Socioambiental possui sete diretrizes que atuam de maneira interligada e dinâmica, sendo elas: Floresta e Clima, Direitos da Criança e do Adolescente, Educação, Bio/Socio Diversidade, Água, Produção Inclusiva e Sustentável e Esporte. Ainda, “para ampliar o alcance e potencial de transformação”, há temas transversais às sete diretrizes, sendo estes Equidade de Gênero, Igualdade Racial e Inclusão de Pessoas com deficiência. Por fim, haveria públicos prioritários dentro do programa: Mulheres, Negros, Pessoas com deficiência, Comunidades Tradicionais, Povos Indígenas, Crianças e Adolescentes e Jovens. A descrição do programa ainda aponta como sua atuação reflete uma “tendência mundial”, sendo criado com bases em “diretrizes e princípios globais de Responsabilidade Social que apresentam a transversalidade em relação ao desenvolvimento humano e sustentável tais como o Pacto Global da ONU e a norma ISO 26000”¹⁶

¹⁴ Nesta exigência do edital, era preciso definir os objetivos da comunicação (para que?); o público de interesse (para quem?); as estratégias (como?); a quantidade (quantos?) e o período (mês de realização das ações)

¹⁵ Fonte <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>. Acesso em 27 de janeiro de 2018.

¹⁶ O Pacto Global é uma iniciativa que possui o objetivo de mobilizar a comunidade empresarial internacional para a adoção em seus negócios, “de valores fundamentais e internacionalmente aceitos na área de direitos humanos, relações de trabalho, meio ambiente e combate à corrupção”. De acordo com o site da ONU, o Pacto constitui-se como um código de conduta e não como um instrumento regulatório, sendo uma iniciativa voluntária para a promoção do crescimento sustentável e da cidadania. (Site: <http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh>, Acesso em 27 de janeiro de 2018). A norma ISO

3. “A ideologia-utopia” do desenvolvimento

A breve descrição dos programas nos quais a AMARN já participou e pretendia participar, visa expressar o quanto fazem parte de uma dinâmica institucional específica e que move o cotidiano da associação intensamente. A atuação da associação tem na produção de projetos um de seus focos na vida administrativa da AMARN. O olhar atento da equipe na busca por programas de diferentes entidades é constante, bem como a formulação desses projetos que vêm em uníssono com preocupações ligadas à administração e conhecimentos específicos exigidos (direta e indiretamente) para a participação nesses programas. Trouxe alguns dos elementos nos editais dos programas que possuem uma ideia comum de objetivo e forma de atuação, respectivamente relacionados à ideia de desenvolvimento sustentável e da sua execução com base em projetos. Termos chave como *desenvolvimento sustentável*, *desenvolvimento social e ambiental*, *cidadania* são as espinhas dorsais da filosofia que perpassa a elaboração desses programas e os resultados que buscam alcançar.

Assim como apontado na descrição do Programa Petrobras Desenvolvimento e Cidadania, a execução desses programas é reflexo de uma “tendência mundial”, com a criação de princípios globais de responsabilidade social e sustentabilidade por órgãos de atuação a nível internacional como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial. Portanto, a fim de compreendermos a atuação desses projetos a nível local, entre as mulheres indígenas do Alto Rio Negro residentes em Manaus, é necessário que busquemos a semente de criação da filosofia que perpassa esses projetos. Resultado de inúmeras conferências e encontros internacionais, o ideal de *desenvolvimento sustentável* foi pensado em contexto particular, popularizando-se ao redor do mundo resultando em ações que afetam a vida de diferentes populações (principalmente aquelas definidas pelas agências internacionais como vulneráveis). Assim, utilizar-me-ei da tese de Ana Carolina Pareschi (2002) com a finalidade de compreender o efeito dos projetos na dinâmica de existência da AMARN em suas regras e procedimentos, que a autora

26000, por sua vez, é a primeira norma internacional de Responsabilidade Social Empresarial, documento este que busca traçar diretrizes para a implementação e desenvolvimento de políticas, por empresas, baseadas na sustentabilidade e responsabilidade social).

define como *projetismo*, presente não só na AMARN, mas entre outras associações pelo país e pelo mundo.

Tal como Pareschi (2002) destaca, as regras e procedimentos de realização de projetos estão envoltos na ideologia do desenvolvimento e do planejamento compartilhados por agências multilaterais de desenvolvimento e agências de cooperação internacional. Tais projetos são tidos como racionais, técnicos e eficientes na busca por resultados de *grande impacto*, este termo último presente nos projetos de interesse e participação pela AMARN. O *projetismo* seria, portanto, também compartilhado pelas ONG's e associações que “vivem” de projetos e, no meu caso etnográfico, na associação de mulheres indígenas. Os pequenos projetos de desenvolvimento sustentável transpassam do nível internacional ao local, envolvendo um “enfoque produtivo, econômico, por meio da geração de renda para populações consideradas marginalizadas, e preocupações com a conservação ambiental expressas no ‘uso sustentável de recursos naturais’” (Pareschi, 2002, p.22).

A atuação de programas como o da Petrobras no fomento de pequenos projetos, diz buscar aliar “crescimento à promoção do desenvolvimento sustentável” e focalizar sua atuação entre um público específico, as populações consideradas vulneráveis. Essa característica demonstra a existência do que Pareschi (2002) chama de ideologia-utopia do desenvolvimento sustentável. Há as práticas em seu nome que “conformam um *campo* no qual disputa-se um *regime de verdade*”, ou seja, “um conjunto de regras e enunciados que distingue o verdadeiro do falso e se atribui ao verdadeiro efeito de poder que são também efeitos de verdade” (2002:24). A ideologia-utopia do desenvolvimento sustentável, portanto, carrega consigo poderes criados e disciplinadores, expressos na dinâmica do *projetismo*, fundamentada em um planejamento racional de condutas que levem a resultados específicos. Entretanto, assim como afirma a autora, há um descompasso entre ideias e práticas que perpassam esse “regime de verdade”, visto que a ideologia-utopia do desenvolvimento sustentável opera, através dos projetos, dentro de um contexto sociocultural determinado, o que traz descompassos quando os projetos são colocados em prática em contato com vida e demandas apresentadas pelas populações a serem “atingidas por esses projetos”.

Ao mesmo tempo o *modus operandi* consequente desta ideologia-utopia foi negociado entre diferentes atores, dentro do campo político em que o desenvolvimento sustentável se encontra, sendo um “resultado de lutas de poder, não só por posições mas também por representações, solidariedades e recursos”, onde o “poder simbólico,

econômico e político de determinados agentes e a articulação entre eles fazem pender para um lado ou para o outro nos múltiplos processos de negociação que conformam este campo” (2002:21).

Neste campo de disputas, a história do pequenos projetos de desenvolvimento está intimamente relacionada à crença na ideologia do desenvolvimento, em que os principais atores sociais envolvidos são as agências bilaterais e multilaterais de desenvolvimento e os governos, as organizações não governamentais, além dos cientistas sociais, educadores, assistentes sociais, entre outros. De acordo com Pareschi (2002), a ideologia e práticas dos atuais pequenos projetos de desenvolvimento sustentável são vinculados a estes grupos de atores do cenário político nacional e internacional, constituindo um campo (Bourdieu,1983). Dentre as propriedades específicas de um campo é preciso que haja objetos em disputa e atores dispostos a participar do jogo dotadas de um *habitus* específico de conhecimentos próprios deste campo, no reconhecimento das leis imanentes do jogo (Bourdieu, 1983). Essa disputa se materializa, como destaca Pareschi (2002), não só no conteúdo das noções de desenvolvimento e sustentabilidade, mas também nas formas e metodologias de implementação dos projetos a fim de alcançar os objetivos genéricos do “desenvolvimento sustentável”. Além disso, o reconhecimento das leis do jogo são inerentes à própria participação seja das ONG’s ou das associações para o envio de projetos, os quais demandam um vocabulário e conhecimento técnico/burocrático.

A noção de desenvolvimento, portanto, é decorrente de uma história, em que as diversas mudanças nos modos de reprodução da vida política, econômica, social e cultural têm trazido uma remodelação da noção de desenvolvimento. Esta teria sido pensada em paralelo com a concepção de progresso, presente desde a Antiguidade Clássica, ambas as noções constituindo-se como valores do mundo ocidental. Assim, acompanhando Pareschi (2002), é inerente à ideia de progresso e desenvolvimento “uma compreensão unilinear do tempo composta de estágios sucessivos, em que a etapa seguinte é necessariamente melhor e mais complexa que a anterior” (Pareschi, 2002, p.33). Todos povos e comunidades do mundo estariam passíveis de serem classificados através dessa métrica, o que dividiria o mundo em desenvolvido/ subdesenvolvido, o Primeiro Mundo em contraste ao Terceiro Mundo. Nesta linha, há uma progressão infinita juntamente com a crença de que o desenvolvimento seria universalizável por todos os povos do globo. Este ideal materializa-se em um conjunto de práticas e ações

específicas que representam crescimento econômico, acumulação e concentração de riqueza, ou seja, a expansão do mercado (Pareschi, 2002).

Desta perspectiva, o desenvolvimento existe pelas práticas e instituições que o mantém vivo, num alinhamento internacional de códigos de conduta que indicam a noção de crescimento do desenvolvimento de populações “vulneráveis”, na busca por uma “modernização” e “mudanças de impacto”. Ao mesmo tempo, Escobar (1995) coloca que o desenvolvimento também constitui-se como um sistema de relações que constrói uma prática discursiva que define as regras do campo, acerca do assunto que será discutido e eventualmente transformado em política ou plano de atuação.

Dentro da história da ideologia-utopia do desenvolvimento, foi em meados da década de 1970, que com novas abordagens e metodologias na antropologia, juntamente com a preocupação com o impacto do desenvolvimento de populações de baixa renda, as agências de desenvolvimento incluíram antropólogos em seus programas e que, de acordo com Hoben (1982), desenhavam e supervisionavam projetos, além de analisar e avaliar as condições dos países em que as agências os executavam. O conhecimento produzido pelos cientistas sociais é operacionalizado em técnicas, programas e estratégias de governo ao mesmo tempo que teve um impacto cumulativo em decisões de alocação de recursos em favor de necessidades e desejos de grupos de baixa renda e consideração de sua organização social no planejamento e execução dos programas. Dentro da AMARN, a atuação de antropólogos, sociólogos e educadores é constante no auxílio na escrita e envio de alguns dos projetos a fim de se adequarem às exigências e recomendações dos editais, sendo uma outra forma na qual, durante esse processo, operacionalizam-se os conhecimentos produzidos por cientistas sociais, auxiliando na adequação dos projetos enviados pelas associações.

Nesta direção, no período, o uso da noção de sociedade civil começa a ganhar maior espaço dentro dos discursos e diretrizes de projetos dentro das agências. Tais debates, dentro da América Latina, coincidiram com o período de resistência contra os regimes militares e o posterior processo de redemocratização, alinhando-se à criação de uma nova constituição no Brasil e o reconhecimento institucional, por diferentes instituições estatais, de movimentos sociais. Assim, a utilização do termo “sociedade civil” relaciona-se a uma

“concepção de realidade social tripartite- sociedade civil, Estado e mercado- na qual a expansão da democracia estaria vinculada à organização e ao fortalecimento da sociedade civil em torno de

interesses comuns- denominados de “públicos”- forçando o Estado a abrir ou ampliar canais de participação destas organizações nas políticas públicas e o mercado a adotar parâmetros mais ‘humanitários’ e ‘ecológicos’ de ‘responsabilidade social’” (Pareschi, 2002,p.43).

Durante a década de 1980, no Brasil, inicia-se uma pressão dos movimentos ambientalista e indigenista nacional e internacional contra os financiamentos de Bancos Multilaterais de Desenvolvimento a Projetos de Grande Escala ¹⁷, os quais focavam seus investimentos nos setores de energia e indústria, como na construção de hidrelétricas e grandes instalações mineradoras. Com a realização de tais projetos, os movimentos sociais também exigiram uma abertura das grandes agências a processos participativos que considerassem os interesses das populações atingidas negativamente por esses projetos. A ideia de participação vêm em uníssono com a de “sociedade civil”, fazendo eco ao contexto em que o discurso neoliberal começa a tomar forma no país e no mundo. O Estado passa a ser apresentado como ineficiente e “burocrático”, e as iniciativas do setor privado no Brasil, tomam este espaço de incentivos e programas que antes eram exclusivamente do Estado brasileiro. De acordo com Débora Bronz (2011) na inserção cada vez maior da economia brasileira no mercado global, há a formação de instrumentos da política social/ambiental brasileira que regulariam os projetos de desenvolvimento baseados em diretrizes e políticas internacionais. Tais diretrizes teriam incorporado “aos discursos e às práticas empresariais ‘soluções’ para os problemas sociais e ambientais” (Bronz, 2011, p.21) as quais corresponderiam e incorporariam as noções de responsabilidade social, **desenvolvimento sustentável** e **participação** às práticas empresariais.

Nessa perspectiva, o reconhecimento da ação desses agentes privados pelo Estado, segundo Pareschi (2002) atua em uma via de duplo sentido, visto que ao mesmo tempo que retira dele parte de suas responsabilidades transferindo-as para agentes do âmbito privado de interesse público, também “aumenta a possibilidade de alguns atores articularem suas demandas e imprimirem outras formas de gestão ou outras políticas, mais voltadas para as questões “sociais”, “ambientais”, “agrícolas”, e “fundiárias”” (2002: 50).

¹⁷ Foram os principais instituídos no Brasil entre os anos 1970 e 1980, em que o planejamento de projetos fomentados pelas grandes agências internacionais e implementados pelo Estado brasileiro, seguiram o postulado da teoria da modernização, em fortes discursos de ideologias desenvolvimentistas (Pareschi,2002).

No caso dos programas da Petrobras e do Fundo Elas em parceria com o Instituto Avon, suas ações advêm deste processo, onde iniciativas privadas realizam a promoção de projetos; sendo o Instituto Avon da empresa de cosméticos Avon e a Petrobras uma empresa nacional atuante dentro do Pacto Global da ONU e do ISO 26000¹⁸. Em ambos, a concepção de desenvolvimento comunitário e sustentável é presente na execução de tais projetos voltados a valorização de “direitos” e “cidadania”. Tais organizações tanto nacionais quanto internacionais são na maior parte das vezes “intermediárias” entre as agências de desenvolvimento (e os governos) e as organizações ditas comunitárias, que são normalmente grupos de membros que se unem em interesse comum, à exemplo da AMARN enquanto grupo de mulheres indígenas. As organizações nacionais e internacionais são normalmente ligadas na promoção de serviços, desenho de projetos e condução de pesquisas; enquanto as organizações comunitárias são as destinatárias destes.

Assim, dentro do avanço neoliberal, o encolhimento do Estado foi incentivado e acarretou na transferência de parte de suas responsabilidades e práticas para o setor privado, incluindo ONG's e empresas que apesar de estarem “fora” do Estado, atuam como Estado, produzindo governo e gerindo populações através da promoção de projetos. A participação entra na equação como parte do sistema de projetos, o *projetismo*, e no ideário de participação concebido, as ONG's e empresas colocam como objetivo, em seus documentos de promoção, a busca por uma “democratização” da sociedade civil a fim de atingir “resultados efetivos” de redução da pobreza¹⁹ e desenvolvimento sustentável. Em um primeiro momento, podemos pensar a promoção da participação social como um ideal democrático inserido na ideologia do desenvolvimento, visto que traria “voz” decisória às populações objetivadas pelos programas, bem como uma suposta autonomia de gerenciamento de dinheiro recebido. No entanto, a participação social, bem como o desenvolvimento e a sustentabilidade, são ideários dentro da ideologia do desenvolvimento, onde sua atualização tem efeitos distintos do próprio ideário, acarretando em incoerências dentro da promoção dos programas. A participação não se trata de mais ou menos democracia, mas da produção de um tipo de sujeito: o cidadão participativo atuante na sociedade civil.

¹⁸ Ver nota 10.

¹⁹ O conceito de pobreza também está atrelado ao desenvolvimento, no que consta ao olhar das grandes agências diante de populações “vulneráveis”. Assim como coloca Pareschi (2002), a pobreza era concebida como falta de oportunidade dos pobres de aumentar sua produtividade, o foco do problema seria então nos pobres e não no sistema que produz a “pobreza”.

Enquanto um mecanismo de Estado, a participação social é, então, incorporada no discurso de desenvolvimento, bem como nos governos e outras instituições atuantes como Estado, numa atualização de gerenciamento de populações através de práticas estatais. A população, nas palavras de Foucault (2014) aparece como fim e instrumento de governo, tendo em vista que constitui-se como um “sujeito de necessidades”. A atuação de ONG’s e empresas como Estado, representa uma pulverização das práticas estatais e, em consequência, é parte do processo de governamentalização descrito por Foucault (2014), onde “o Estado não é mais do que uma realidade compósita e uma abstração mistificada”, em que sua força aparece através das gestão minuciosa, no detalhe, da população. A governamentalidade é, portanto, uma forma de poder que se consolida na era moderna, na medida que o “conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, cálculos e táticas” (2014:429) estão dentro da arte de conduzir de condutas em seus mínimos detalhes. Entretanto, esse poder gestor não aparece de forma autoritária perante a população, mas como uma forma de cuidado, subjetivada e pessoalizada, sendo por excelência um forma de poder simbólico (Bourdieu, 2008).

Dentro desta discussão, o aparato participativo faz parte da construção de um “cidadão democrático”, sujeito de direitos, em que a arte de conduzir condutas se expressa através de tecnologias de cidadania: discursos, programas e demais táticas com o objetivo de tornar indivíduos politicamente ativos e capazes de se auto-governarem (Cruikshank, 1999). Tais tecnologias de cidadania são um modo de regular e constituir cidadãos enquanto estratégias de governar para “empoderar” um grupo específico de indivíduos que possuem “deficiências” endêmicas dentro de sociedades liberais democráticas, seja a falta de poder, auto-estima ou atuação política, estes indivíduos são os ditos “vulneráveis”, e na sua auto-governança tornam-se cidadãos.

As formas democráticas de governança criam cidadãos que seriam capazes de se auto governarem e agirem de acordo com seus próprios interesses e, assim como afirma Cruikshank (1999), “a governança liberal democrática tem sua premissa não tanto na autonomia e direito dos indivíduos, mas na sua fabricação social enquanto cidadãos, fato que é obscurecido quando a cidadania é vista como solução”²⁰ (1999, p.4). As tecnologias de cidadania, tais quais as políticas de participação, operam de acordo com

²⁰ Tradução Livre: “Liberal democratic governance is premised not so much upon the autonomy or the rights of individuals as upon their social fabrication as citizens, a fact that is obscured when citizenship is regarded as a solution”.

uma racionalidade de governar pessoas em maneiras que promovam sua autonomia, autossuficiência e engajamento político. É a forma de governar que se baseia na cumplicidade voluntária dos cidadãos, no cuidar de tom filantrópico. Entretanto não deixa de ser uma forma de poder, não autoritário e que exige obediência, mas um que age pelo cuidado e que trabalha através das capacidades dos cidadãos de agirem autonomamente. Entretanto, essas tecnologias de cidadania são além de voluntárias, coercitivas, onde as ações dos cidadãos são reguladas, direcionadas na sua forma de atuação e formação de objetivos. (Cruikshank, 1999)

Dentro de uma democracia liberal a forma de governo tem um modo de ação em que organiza interesses, ao mesmo tempo que organiza poder, como uma forma de atuar nas ações das pessoas ao invés de procurar por subserviência²¹ perante a força do “Estado”. São práticas de governo que partem das capacidades dos cidadãos em agir para seu bem estar, é visto como ator, agente.

A participação social, portanto, aparece como uma forma inclusiva e cuidadosa para com a população, mas que continua sendo uma forma de gestão, com suas práticas e regras específicas. Dessa forma, é um ideal apresentado como parte da ideologia do desenvolvimento, e que em sua prática tem efeitos distintos e contraditórios. A violência que carrega é escondida, pois é universalizante nas normas e práticas, sendo pressuposto um conhecimento específico das regras do campo para se enviar qualquer projeto. Participação que é moldada e definida nos programas a partir dos modelos de edital e envio de documentos e projetos. A participação social, portanto, aparece como uma forma inclusiva e cuidadosa para com a população, mas que continua sendo uma forma de gestão de poder.

Assim, dentro do ideário da participação social, nas suas práticas, uma das formas em que os programas promovidos pelas agências se consolidam é através da promoção dos projetos e as suas regras de participação. Uma suposta “burocratização extrema” foi um problema apresentado a mim por Roberto em campo, sendo uma das dificuldades encaradas para conseguir um projeto aprovado, visto que pressupõe-se um conhecimento prévio para a escrita e envio dos projetos. O ideário burocrático vêm com a cristalização de normas e construção de um *habitus* ao campo dos pequenos projetos, espelhando práticas estatais e atuando como Estado. “Burocratizar” a dinâmica de projetos significa impessoalizá-la, assim como pressupõe a universalização de regras,

²¹ Característica do poder soberano como monarquias, onde o indivíduo é súdito e deve obediência ao soberano.

característica do campo burocrático (Bourdieu, 2008). Essa universalização corresponde ao que Bourdieu (2008) chama de dimensão simbólica do efeito do Estado, que ao obter o domínio da produção simbólica, “as administrações públicas e seus representantes são grande produtores de ‘problemas sociais’” (2008:99) e das soluções e processos necessárias para a erradicação de tais problemas.

No nosso caso, as ONG's e empresas que fomentam os projetos espelham práticas estatais, em políticas participativas através do processo de burocratização atuam como Estado, produzindo governo. A construção e consolidação dos conceitos e termos utilizados pelos programas são carregados de princípios universais nas concepções de desenvolvimento, sustentabilidade e participação. Esses ideais são, por sua vez, erguidos pelas agências internacionais, definindo práticas e agenciamentos e, portanto, consolidando um poder simbólico no gerir de populações. Este gerenciamento viria, portanto, com a fomentação de projetos e sua grande leva de produção de documentos perpassando tanto a escala internacional, entre as agências, como a escala local, entre as associações que buscam a participação nesses projetos.

4. A sustentabilidade e os pequenos projetos de desenvolvimento

Um segundo conceito que aparece dentro da discussão a qual me propus apresentar é a de sustentabilidade, e esta, por sua vez, está diretamente relacionada à constituição dos pequenos projetos de desenvolvimento, ou seja, ao *projetismo*. A relação com a natureza, na ideia de progresso e desenvolvimento, há uma noção mercantilista de apropriação da natureza, ao mesmo tempo que uma tendência empresarial e economicista que define uma solução para a conservação da natureza, a sua apropriação pelo mercado, como valor econômico.

É desde os anos 1960, que um movimento social globalizado postula uma ideologia-utopia, nos termos de Pareschi (2002), o ambientalismo. Este, com seu cerne de criação nos países industrializados, coloca como objetivo a transformação do mundo e dos valores da sociedade capitalista ocidental ao sugerir um modelo alternativo de vida, em frente à natureza e ao desenvolvimento. Entretanto, é na ECO-92, conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento que a concepção de “desenvolvimento sustentável”, ganha projeção internacional.

Tal concepção está entre os conceitos produzidos e pensados, no âmbito internacional, que refletiram o campo de atores e interesses na incorporação das considerações ambientais no processo de desenvolvimento. O “desenvolvimento sustentável” apresentou-se como o mais flexível no diálogo com os agentes de desenvolvimento e a sociedade em geral. Os “pequenos projetos de desenvolvimento sustentável”, portanto, seguiriam princípios da diversidade (vide o Fundo Fale Sem Medo), da conservação ambiental (vide programa da Petrobras), “da pequena escala, da tecnologia racional e eficiente, da democracia e da educação, objetivando atividades produtivas que gerem renda com um mínimo de degradação ambiental” (2002:92). Estes projetos estão geralmente voltados para populações de baixa renda ou para grupos étnicos, em que seu “valor” fundamental residiria na experimentação de novas metodologias de abordagens organizacionais e produtivas, “com sentido de aprendizagem e acumulação de conhecimento para a transformação social” (2002:92).

Ao mesmo tempo, com a formação da ideia de um “outro desenvolvimento” vinha à tona juntamente as concepções de etnodesenvolvimento e “autodeterminação indígena”. Ambos os conceitos tornaram-se centrais tanto para os projetos de desenvolvimento comunitário como para os atuais pequenos projetos de desenvolvimento sustentável, alegando a busca pelo fortalecimento da capacidade autônoma de decisão dos grupos indígenas e o exercício da autodeterminação (Cardoso de Oliveira, 1983), bem como da participação social. A força dessas concepções mostrou-se a mim em campo a partir de um relato de Rosana, que ao me contar da participação da AMARN junto à Petrobras, expõe uma situação em que integrantes da agência vão à associação visitá-la após a aprovação do projeto enviado pela coordenação. Neste episódio, um destes integrantes afirma à coordenação que deveriam pintar parte do espaço com grafismos indígenas, “ornar” a associação, pois não estava parecendo de índio; o que foi posteriormente feito no pátio externo.

Diante deste relato, percebe-se a *estetização* do etnodesenvolvimento, que vem diretamente ligada ao ideário de participação, e que se baseia em essencialismos ligados a populações indígenas e comunidades tradicionais, que, muitas das vezes, acarretando em contradições quando os projetos entram em prática. Na medida em que essas políticas constroem o cidadão participativo baseadas na ideia da autonomia do sujeito ou grupo a participar, as regras e definições presentes nos programas, universalizam “tipos” de sujeito e condutas. Os “públicos-alvo” dos programas são populações que de, alguma forma, não são “completamente cidadãos” pois são considerados “vulneráveis”,

sem poder. No caso indígena, o ideal perpassado em programas como os explicitados aqui, desenham uma ideia de indígena que representa uma suposta vulnerabilidade e indefesa.

Dentro desses essencialismos, os atributos da população indígena seriam o exotismo, uma alteridade radical em um universo que deve ser traduzido, na necessidade de incorporar e, ao mesmo tempo (em um aspecto romântico) proteger a cultura- o indígena como um objeto de possível contaminação (Arruti, 1997). Em consequência, essas essencializações promovem associativismos que definem o lugar “natural” do indígena: na floresta/natureza. Na associação entre índio e floresta/natureza; e não-índios e cidade/ civilização, a presença do indígena na cidade tende a ser pensada como um processo de aculturação, como um perder-se de seu próprio *self* (NUNES, 2010)- o “índio-urbano” torna-se uma contradição de termos, a partir dessa lógica, em oposição à ideia de “índio puro”. Assim, o comentário e demanda do técnico da Petrobras, coloca-se nesse contexto de forma a reforçar essencializações diante da atuação da AMARN como um espaço esteticamente pouco indígena.

A participação, enquanto um dispositivo de gestão de população, idealmente é apresentada como um cuidado inclusivo em torno das populações ditas marginalizadas, incluindo indígenas. Como dito anteriormente, a participação traria voz e maior autonomia de escolha dessas populações perante aos programas fomentados pelas ONG's e empresas. Nessa perspectiva, o cidadão participativo é aquele que tem autonomia e agência perante suas demandas, ideia esta que se materializa com o conceito de “autodeterminação indígena” defendido nos programas. As formas modernas de poder ligam-se, portanto, à subjetividade do indivíduo, sua consciência, identidade e auto conhecimento. A *autodeterminação* é parte deste processo no reconhecimento de identidade, mas há uma definição prévia de qual é a identidade indígena ideal. No caso da AMARN, o ideal e a realidade se chocaram aos olhos dos agentes da Petrobras ao irem na associação e a considerarem “pouco indígena”. Assim, trabalhando com ideários, e dentro de um sistema onde se espera “resultados efetivos”, todo o processo é construído em base a universalizações desde o recorte dos grupos focalizados nos programas, quanto na própria implementação deles.

Dentro da burocratização característica da era moderna e que se apresenta dentro das agências de desenvolvimento, como também nas ONG's e empresas na implementação dos projetos, para se pensar relações interétnicas com os povos

tradicionais, “a saída parece ter sido inventar um ‘índio burocratizável’” (Ramos, 1999). Assim como coloca Alcida Rita Ramos “é como se as ONG’s se vissem presas num torque, entre duas forças paralelas, mas opostas: as necessidades reais de índios reais eivadas pelas irracionalidade de relações contorcidas e controvertidas na área interétnica, e a “mística do escritório”, gerada pela necessidade de se automanter em termos de organização de recursos materiais e humanos” (Ramos, 1999).

Criam-se estruturas destinadas a gerir recursos que permitem a produção e manutenção de um simulacro que é o índio *hiper-real*, dependente, vítima do sistema, íntegro nas suas ações e intenções e preferencialmente exótico. Seria esse índio modelo que justifica recursos materiais e humanos para a sua defesa. Num processo de rotinização burocrática e universalizações, há o distanciamento dos sujeitos reais, que em consequência traz ruídos entre o discurso ideal e a prática.

Nessa perspectiva, a elaboração e implementação dos projetos, como apontado anteriormente, fazem parte das leis do jogo, do *habitus* (Bourdieu, 1983) do *campo* do desenvolvimento sustentável. Portanto, os executores dos projetos frequentemente devem cumprir uma rotina administrativa de prestação de contas, envolvendo uma noção básica de contabilidade para o manejo do dinheiro colocado nos programas. Seja entre as ONG’s e instituições que repassam uma quantia específicas às “populações vulneráveis”, seja entre as organizações “comunitárias”, como a AMARN; a rotina institucional faz parte do *projetismo*. Os projetos são idealizados e construídos uma lógica de sucesso inevitável, ao mesmo tempo que mantêm sua inflexibilidade burocrática.

5. Concluindo

A participação em projetos, como dito no início deste artigo, é parte do cotidiano da AMARN, e relacionada a toda uma rede que se estende e atua do nível internacional ao local. Através de uma rede de atores, a ideologia-utopia do desenvolvimento é formada a fim de se adequar a demandas vindas da sociedade civil e de movimentos sociais, no que diz respeito a uma concepção de desenvolvimento que distancie-se do modelo hegemônico capitalista e mercantil. Assim, a participação da “sociedade civil”, bem como uma nova concepção de vida e relação com o meio ambiente é formada, materializando-se na atuação de ONG’s e outros órgãos da iniciativa privada pela promoção de projetos, que devem promover a sustentabilidade, diversidade e justiça

social. Entretanto, assim como as primeiras concepções de desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável constitui-se enquanto uma categoria universalista, impondo ações e ideias a populações cujo entendimento e perspectiva de mundo são orientados por outras categorias.

O *projetismo* é uma forma de poder que gere populações, e em consequência, para seu funcionamento opera com base em universalismos. Quando entramos dentro do campo de relações interétnicas, nessa atuação entre os indígenas há a concepção essencializada de qual índio é aquele focalizado pelas agências e ONG's.

Dentro da AMARN, a produção constante de documentos é, em grande parte, resultado da participação em projetos. Essa participação é central para a captação de recursos e, em consequência, a possibilidade de funcionamento da AMARN dentro dos objetivos definidos no estatuto da associação, como sua atuação política e ensinamento das técnicas de artesanato.. O preenchimento de formulários, relatórios de contabilidade, seguindo as diretrizes dos editais, giram a vida institucional da AMARN, reenquadrando as ações das mulheres que atuam na coordenação, suas habilidades e tipo de atuação política.

O aprendizado na leitura desses editais demonstra a assimilação dessas novas habilidades, ao mesmo tempo que envolve a atuação de outros agentes no campo, ligados ao ambiente universitário. A atuação de antropólogos, sociólogos e educadores é constante dentro da AMARN, no auxílio da escrita e envio de alguns dos projetos a fim de se adequarem às exigências e recomendações dos editais.

Ao mesmo tempo, sendo característica do *projetismo*, a dimensão de produção massiva e contínua de documentos é resultado de uma formação e ideal burocrático ocidental que se impõe de baixo para cima, declarando a racionalidade técnica e eficiência dos projetos. Assim, ao estabelecer a necessidade de certos documentos nos editais, bem como a promoção de um vocabulário específico dentro dos projetos como **objetivo, resultados e parceiro**, a participação nesses programas também faz parte da criação e renovação da AMARN enquanto instituição. Assim, o texto em ação (Smith, 2005), a produção de documentos, também são definidoras das ações individuais daquelas que compõem a AMARN e fazem parte da construção da trajetória de uma instituição.

A produção documental, seja de projetos ou relatórios, é carregada de conflitos, exprimindo as contradições entre o ideário envolto dentro da ideologia-utopia do desenvolvimento e a vida dessas mulheres. Um programa técnico e racional que se

contradiz na sua suposta eficiência perante práticas fechadas em si e que criam sujeitos perante suas propostas, o cidadão participativo. Na implementação dos projetos, buscase, ao mesmo tempo que se cria, o indígena hiper-real burocratizável, participativo em busca do **desenvolvimento**. A participação e implementação de projetos aparecem, portanto, como um poder de cuidado exercido por agências consideradas “fora” do Estado, mas que atuam a partir de práticas estatais e compartilham sua autoridade. O poder de dizer o que é e o que não é, o que é ou não indígena, de definir documentos que servem e que não servem representa o caráter do Estado enquanto definidor de fronteiras. Na pulverização do Estado, nas suas práticas estatais terceirizadas por agente fora ao Estado, estes também são definidores dessas fronteiras. A violência simbólica presente nesse processo é mascarada pois não é diretamente autoritária, no entanto é por seu caráter universalizante que é violenta, ao impor normas e diretrizes específicas ligadas ao manejo de populações para a participação nos programas de desenvolvimento e caracterizar tais populações a partir de conceituações também universalizantes.

Referências Bibliográficas

Arruti, José Maurício. *A emergência dos “remanescentes”*: notas para o diálogo entre indígenas e quilombolas. *Mana* 3(2). Rio de Janeiro, 1997.

Bourdieu, Pierre. *Questões de Sociologia*. Marco Zero. Rio de Janeiro, 1983.

Cavalcante, Lucíola. 2003. *Formação de professores na perspectiva do movimento dos professores indígenas da Amazônia*. Revista Brasileira de Educação, Número 22.

Cruikshank, Barbara. *The will to empower*. Cornell University Press. Ithaca and London, 1999.

Escobar, Arturo. *Encountering Development. The Making and Unmaking of the Third World*. Princeton Studies in Culture/ Power/ History, 1995.

Foucault, Michael. *Microfísica do poder*. Graal. São Paulo, 2013.

Hoben, Alan. “*Anthropologists and development*”. In: Annual Review of Anthropology Network, 11, 1982.

Marcurchi, L. A. *O papel da atividade discursiva no exercício do controle social*. Cadernos de Linguagem e Sociedade, v.7, 2004/2005.

Miranda, Vanessa. “*Mulheres indígenas na cidade: cultura, saúde e trabalho*”. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social)- Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2015.

Nunes, Eduardo Soares. “*Aldeias urbanas ou cidades indígenas?*”. Espaço Ameríndio, v.4, n.1, p.9-30, Porto Alegre, 2010.

Ribeiro, Gustavo Lins. *Ambientalismo e Desenvolvimento Sustentado. Nova Ideologia/Utopia de Desenvolvimento*. In: Revista de Antropologia, 34. USP. São Paulo, 1991.

Smith, Dorothy E. *Institutional Ethnography*. Altamira Press, 2005.

Pareschi, Ana Carolina. *Desenvolvimento Sustentável e Pequenos Projetos: Entre o Projetismo, a Ideologia e as Dinâmicas Sociais*. Tese (Doutorado em Antropologia Social)- Universidade de Brasília, Brasília, 2002.

Endereços Eletrônicos

Australian Government, Department of Foreign Affairs and Trade. (2017). <https://dap.smartygrants.com.au/Brasilia1718> (25/01/2018).

Edital 2016 Fundo Fale Sem Medo. (2016). http://www.fundosocialelas.org/falesemmedo/downloads/edital_fundo_fale_sem_medo.pdf (27/01/2018).

Fundo Social ELAS. (2016). <http://www.fundosocialelas.org/institucional.asp> (27/01/2018).

Fundo Socioambiental Caixa . (2017). <http://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/fundo-socio-ambiental/Paginas/default.aspx> (25/01/2018).

Instituto Avon. (2016). <http://www.institutoavon.org.br/#/instituto/sobre-o-instituto-avon> . (27/01/2018).

Pacto Global- Rede Brasil. (2013). <http://www.pactoglobal.org.br/artigo/70/O-que-eh> (30/01/2018).

Programa Petrobras Socioambiental. (2017). <http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/>. (27/01/2018)

Regimento Programa Petrobras Desenvolvimento & Cidadania. (2012). http://sites.petrobras.com.br/socioambiental/files/pdf/2012_Desenvolvimento%20e%20Cidadania_Regimento.pdf . (27/01/2018).